

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE ESPACIAL DO SUDESTE PARAENSE

Mateus Monteiro LOBATO¹

Resumo

Os processos produtivos produzem técnicas que provocam diferenças socioespaciais, conforme o período do tempo na qual eles são formados. A efetivação desses diferentes processos se fazem por meio de rupturas, onde coexistem o novo e o velho, também chamado de reestruturação produtiva. O objetivo é refletir os impactos da reestruturação produtiva na Região de Integração do Carajás e na cidade de Marabá-Pa, causada por ajustes recentes no cenário mundial e nacional. Metodologicamente por meio de fontes secundárias de informação.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva; Amazônia; Agroneócio; Mineração; Região.

REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA EN LA AMAZONIA: CONTRIBUCIONES PARA EL DEBATE DE LO ESPACIO DEL SURESTE PARAENSE

Resumen

Los procesos de producción producen técnicas que causan las diferencias socio-espaciales, conforme el período de tiempo en el cual ellos se forman. La eficacia de estos diferentes procesos se llevan a cabo a través de rupturas, donde lo antiguo y lo nuevo coexisten, también llamada reconversión productiva. El objetivo es reflejar el impacto del proceso de reestructuración en la región de Carajás de la Integración y la ciudad de Marabá-Pa causados por los recientes ajustes en el escenario nacional y mundial. Metodológicamente a través de fuentes secundarias de información.

Palabras-claves: Reestructuración productiva; Amazona; Productos Forestales; Minería; Región.

INTRODUÇÃO

A região amazônica atualmente faz parte de uma totalidade mundial que vem sendo incorporada paulatinamente ao contexto produtivo internacional desde seu descobrimento até os dias atuais. Apesar de contínua, essa incorporação não vem se dando de maneira uniforme ao longo do tempo, mas através das lógicas socioeconômicas vigentes em determinado contexto.

Por certo que é possível identificar as consequências socioespaciais dessa incorporação no território regional amazônico, onde o contato entre diferentes processos consolidou uma estrutura socioespacial singular.

O objetivo desse artigo é refletir sobre esse fato e assim contribuir na análise do processo de reestruturação produtiva amazônica causada por essas mudanças econômicas internacionais a partir da metade do século XX e início do atual. Tendo como dimensão privilegiada o espaço regional do sudeste do estado do Pará recortado territorialmente pela Região de Integração Carajás. Os dados empíricos do recorte foram coletados a partir de fontes secundárias de informação, textos e base de dados oficiais (DNPM, IBGE e IDESP).

¹ Geógrafo. Doutorando em geografia UNESP/PP. e-mail: mateusmonteirolobato@gmail.com

Como, o tratamento das informações varia conforme a fonte, algumas divergências nos recortes temporais são visíveis.

Para tanto, o artigo vai buscar encadear uma lógica de raciocínio histórico-crítico a partir dessas fontes disponíveis. Desta forma, na primeira parte do artigo está a definição do objeto de estudo e sua delimitação teórica e conceitual. Na segunda parte, uma sucinta recomposição da formação econômica e social do recorte estudado. Em seguida as características econômica e produtiva nos dias atuais e seus impactos na dinâmica socioespacial da região. O quarto momento é uma análise do processo de reestruturação produtiva na RI Carajás e em Marabá. O último momento é para retomar as discussões e fazer uma reflexão sobre a reestruturação produtiva e o desenvolvimento regional.

CONCEITO E RECORTE ESPACIAL

Os ciclos econômicos provocam marcas na realidade empírica, seja ela social ou espacial. A passagem de um ciclo ao outro causam mudanças e rupturas ao longo do processo histórico. Em termos espaciais, esse processo traz consigo uma nova configuração espaço-territorial, marcada por continuidades e rupturas.

Santos (1994) contribui para se pensar essas continuidades e rupturas ao propor a análise do espaço a partir das técnicas. Os sistemas técnicos são materialização do trabalho humano em um período do tempo específico. Cada período do tempo há um sistema técnico vigente, dominando a produção do espaço e do território.

Evidentemente que essa transformação produtiva e reconfiguração espacial, chamada de reestruturação produtiva, faz parte do processo de acumulação do modo de produção capitalista. A expansão econômica do fordismo vista no pós-segunda guerra foi sucedida de uma forte retração econômica na década de 1980/90. Esse contexto provocou no país um movimento de reestruturação produtiva muito intenso, onde todos os setores sofreram mudanças. O Estado tem oscilado o seu papel durante esses períodos, já que dentro do período de predomínio do padrão de acumulação fordista ele desempenhou papel de importante estimulador das mudanças. Já no momento seguinte sua importância foi reduzida com o neoliberalismo (HESPANHOL, 2013).

A incorporação da Amazônia ao resto do país deve ser olhada sob uma perspectiva histórica e recuar um pouco mais no tempo, onde as discussões desenvolvimentistas a partir da década de 1950, começaram a ganhar corpo. Principalmente a partir da iniciativas da

CEPAL, pois ela teve a contribuição de refletir a realidade diferenciada na qual se encontrava a América Latina (RODRIGUEZ, 1981).

Foi com essa contribuição cepalina que começou a fase desenvolvimentista no Brasil, onde se viu forte influência dessas idéias de desenvolvimento na política econômica nacional. A partir desse momento, década de 1950, vamos ver surgirem vários planos de desenvolvimento como: o Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Aparelhamento Industrial, o Plano de Metas ou o Plano de Integração Nacional propostos por diversos teóricos (MANTEGA, 1995).

Aqui nesse contexto que se insere a ocupação da Amazônia após a década de 1950 na fase desenvolvimentista de forte presença estatal. É dessa forma que a região vai ser incorporada a economia brasileira, causando um processo de reestruturação produtiva. Esse conceito então permite que seja dado o enfoque no processo e suas consequências dentro de um recorte espacial.

É importante perceber também que essa reestruturação produtiva do espaço/território não vem só acompanhada apenas de modificações nas bases produtivas. Ela insere muito mais do que isso, pois com ela se observa a inserção de novas práticas e objetos técnicos alheios a dinâmica.

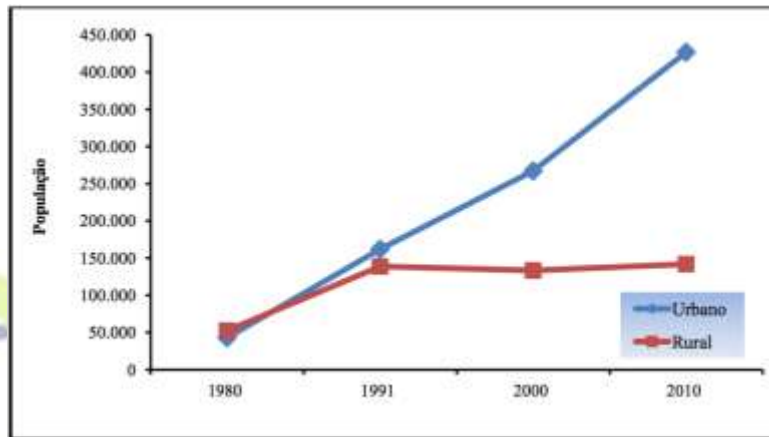
Dentro desse movimento incessante da sociedade é possível falar em reestruturação produtiva. Ela seria então um conceito que permite analisar as modificações, rupturas ou discontinuidades provocadas pela mudança nas bases produtivas de uma formação socioespacial ligada ao movimento de expansão do modo de produção capitalista.

Além do mais é importante lembrar que reestruturação produtiva não se faz apenas em termos quantitativos, mas também em bases qualitativas. Essa maneira de enxergar a reestruturação produtiva permite entendê-la como um fenômeno complexo, onde as modificações ou transformações não se dão de maneira mecânica, mas sim por meio de coexistência de processos e estruturas socioespaciais temporalmente diferentes.

Todavia, o fenômeno de reestruturação produtiva na Amazônia é amplo e teve várias nuances em toda a região. Por isso é necessário buscar um recorte espacial de análise mais restrito. Aqui nesse caso, as evidências de reestruturação produtiva são baseadas na relação capital x trabalho, pois essa relação induz a formação de fluxos migratórios. Sendo assim, a dinâmica migratória serve aqui como indicador de dinamismo econômico regional. Com base nisso, a partir da análise dos dados populacionais, a região de integração do Carajás - Estado

do Pará, pode fornecer evidências muito fortes de um processo de reestruturação produtiva. O gráfico 1 mostra a dinâmica demográfica da região nos últimos trinta anos.

Gráfico 01: Dinâmica demográfica da Região de Integração do Carajás 1980/2010.



Fonte: IDESP (2013)/Adaptado pelo autor.

Composta pelos municípios de Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia (figura 01), essa região tinha uma população de pouco mais de 100 mil habitantes em 1980. Na contagem do Censo de 2010, essa população mais que quadruplicou, passando para 569.026 habitantes.

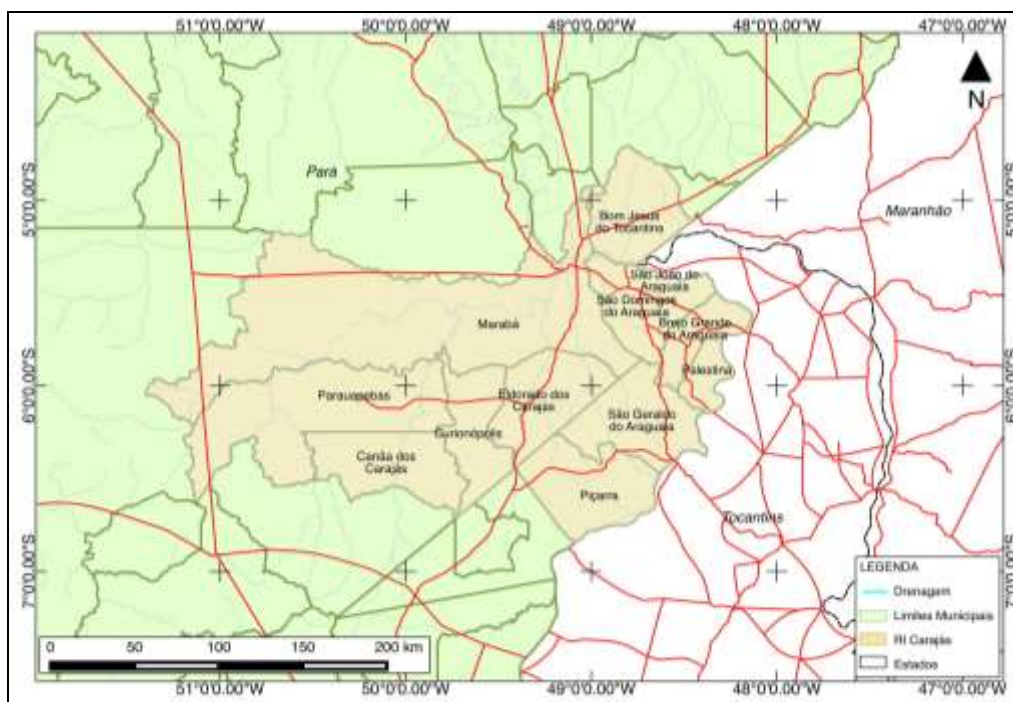


Figura 01: Mapa de Localização da RI Carajás.

Fonte: IBGE (2010).

Esse crescimento populacional é uma resposta direta das dinâmicas produtivas que vem sendo estimuladas nesse espaço, principalmente a partir de três produtos agro-minero-florestais: madeira, gado e minérios. Importa lembrar que no caso da produção mineral serão considerados apenas dois dos cinco produtos: ferro e manganês. Pois, como o Pará é, junto com Minas Gerais, os maiores produtores minerais do Brasil, sua produção é diversificada. Logo, não faz parte do objetivo do artigo tratá-la como um todo, apenas da província de Carajás que tem esses dois como os principais.

Todavia, para entender como essa dinâmica produtiva está se efetivando hoje, é necessário se entender as bases da formação econômica e social da região. Essa ocupação inicial é baseada na cidade mais dinâmica da rede urbana local/regional: Marabá.

O esforço feito no item a seguir é para mostrar como essa formação inicial se deu e montou as bases em Marabá, pois a reestruturação produtiva na Amazônia vem se mostrando tenazmente em duas frentes, tanto urbana quanto rural.

FORMAÇÃO ECONOMICA DA AMAZÔNIA: HERANÇAS ECONÔMICAS

O sudeste paraense apesar de já ser conhecido por viajantes europeus desde o século XVII, os quais formaram alguns núcleos populacionais, foi apenas de fato colonizado por frentes de expansão agropecuárias nordestinas vindas principalmente da Bahia a partir de 1850 (VELHO, 1981).

A ocupação inicial criou com a ajuda do governo paraense, a colônia agrícola de Itacayúnas, as margens do rio Tocantins. Porém, o descobrimento acidental de uma variante do látex da borracha; o caucho, transferiu a localização da colônia para o encontro dos dois rios principais da região: o Tocantins e o Itacaiúnas. Essa mudança vai permitir, além de realizar o controle da produção do caucho, ditar a ocupação da região pelos seringueiros que entravam na mata em busca das árvores de caucho (LAGENEST, 1958; VELHO, 1981; EMMI, 1999).

Com o desmantelamento da economia gomífera na Amazônia em face ao crescimento da produção asiática, a região passou por uma ausência produtiva hegemônica. Esse período foi rompido com a valorização da castanha no mercado europeu. As bases produtivas criadas pela exploração do caucho vão ser direcionadas para a extração da castanha, novamente Marabá e a região experimentaram um novo período produtivo. A produção da castanha vai

ser a mais importante nesse período seguinte a queda da economia da borracha (EMMI, 1999).

O destaque nesse período é a formação e consolidação dos troncos familiares controladores da exploração e distribuição da castanha. Essas famílias concentraram em poucas mãos grande extensões de terra, que na verdade eram designadas inicialmente como áreas dos castanhais. Pois nesse período não havia qualquer preocupação com a terra em si como reserva de valor, apenas com as áreas onde se encontravam as árvores de castanha (EMMI, 1999).

Essa característica fundiária vai se modificar profundamente com a construção e consolidação dos eixos de penetração e interligação rodoviários (Belém-Brasília, Transamazônica e PA-150). Uma nova forma de apropriação dos recursos naturais começa a ser estimulada na Amazônia.

Baseado na concessão de incentivos fiscais e na implantação de grandes projetos, a região vai observar uma transformação socioespacial muito intensa. As famílias tradicionais marabaenses começaram a perder poder e hegemonia ao ter seus domínios fundiários contestados, tanto por novas famílias sulistas quanto por camponeses e pequenos produtores principalmente nordestinos (EMMI, 1999; COSTA, 2000).

Além disso, os projetos minerais começaram a fazer parte da paisagem amazônica dada ao seu grande potencial bioenergético, tanto pela sua formação geológica e geomorfológica quanto pelo seu perfil de terras baixas e grande disponibilidade de umidade (AB'SABER, 2003; 2004).

A partir daí, da década de 1960, se viu a formação e consolidação de grandes latifúndios e da implantação de grandes projetos, condições essenciais para a consolidação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho atualmente vigente no mundo. Esses grandes latifúndios fazem parte da dinâmica produtiva de três produtos essenciais ao contexto produtivo atual da fronteira paraense: madeira e pecuária. Já os grandes projetos garantem a extração dos recursos minerais e naturais do domínio amazônico.

Esses três produtos agro-minero-florestais são os grandes vetores produtivos da RI Carajás atualmente, eles que estão contribuindo fortemente para a reestruturação produtiva regional.

Como se pode notar, a produção vigente na Amazônia não foi baseada em apenas uma dinâmica produtiva, ela vem se modificando conforme a conjuntura mundial vigente, permitindo serem identificados nitidamente quatro períodos. Evidentemente que esse recorte

analítico não é definitivo, contudo ele auxilia a interpretar como vem se dando a apropriação dos recursos naturais amazônicos e suas consequências.

Primeiramente, a economia regional esteve muito tempo baseada na exploração do caucho. Em seguida, sua dinâmica produtiva se voltou para a extração e comercialização da castanha. O terceiro período começa com a resignificação da terra para a formação de grandes propriedades e extração madeireira. No último a produção vai ser a partir dos produtos agro-minero-florestais.

Nos dois primeiros períodos produtivos regionais, autores como Emmi (1999) e Costa (2000), mostraram que as mudanças se deram muito mais nos produtos principais. Pois, se no primeiro o principal elemento produtivo era a seiva do caucho, em seguida o principal foi a castanha. Entretanto, ambos usaram a estrutura produtiva de extração dos recursos naturais e exploração da mão de obra, ou seja, usaram o aviamento como base no processo produtivo.

O terceiro não se constitui na verdade em um grande período produtivo, ele serve muito mais na transição para o seguinte. É nele que vão se criar as bases legais e institucionais para garantir o período seguinte, baseado nos produtos agro-minero-florestais de exportação direta aos mercados europeus e asiáticos.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FRONTEIRA: O CRESCIMENTO DOS PRODUTOS AGRO-MINERO-FLORESTAIS

Como a dinâmica da fronteira regional sudeste está baseada na produção agro-minero-florestal, essa dinâmica garante sua articulação com o mundo. Logo, a importância de manter o pleno funcionamento dessa dinâmica está diretamente ligada ao vínculo internacional. Um importante pressuposto aqui admitido é que a produção regional está destinada ao mercado externo, tanto nacional quanto internacional. Porém, em casos específicos, se destina eminentemente ao mercado internacional, como é o caso dos minérios. As séries estatísticas dos produtos agro-minero-florestais pode auxiliar na reflexão. A tabela 01 mostra que desde o ano de 1996, observa-se um crescimento na produção mineral dos dois mais importantes produtos retirados da mina de Carajás: minério de ferro e o manganês.

Tabela 01: Quantidade da Produção Mineral do Estado do Pará 1996-2009.

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Minério de Ferro	51.151.544	54.258.741	55.949.306	51.897.879	55.946.723	52.267.120	12.852
Manganês	2.136.591	1.454.762	1.853.346	1.174.043	1.984.415	1.480.309	2.697.386
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Minério de Ferro	67.388.903	79.644.657	82.892.320	90.711.726	107.239.432	118.895.205	92.953.675
Manganês	2.242.824	3.417.487	4.780.406	3.485.531	1.684.954	3.891.009	3.014.401

Fonte: DNPM (2014)/Adaptado pelo autor.

O rebanho bovino apresentou uma tendência de crescimento do número de animais nos seis primeiros anos, uma retração no anos seguintes e retomada em 2010 da tendência de crescimento. Mesmo com essa queda de 2005 para 2006, possivelmente ocasionada pelo surto de febre aftosa nesse período, o rebanho bovino da RI é o terceiro maior do estado, perdendo apenas para a RI Xingu e Araguaia (tabela 02).

Tabela 02: Rebanho bovino da Região de Integração de Carajás (2000-2012)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Carajás	1.465.723	1.413.123	1.799.052	1.938.775	3.264.088	3.217.753	2.762.226
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	2.762.226	2.359.977	2.419.873	2.404.492	2.601.067	2.723.245	2.590.901,00

Fonte: IDESP (2014)/Adaptado pelo autor.

A produção madeireira da região sintetizada na tabela 03, mostra uma clara tendência involutiva ao longo da série anual. Duas possíveis respostas a essa tendência são que: 01) a frente madeireira já está deixando a RI de Carajás, além de que as diversas guseiras que usavam essa produção foram reprimidas com vigor.

Tabela 03: Produção madeireira da RI de Carajás (2000-2011)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Produção de Lenha	129.485	134.170	152.778	130.500	131.150	112.740
Produção de Tora	404.400	351.500	406.485	355.230	346.330	263.796
Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Produção de Lenha	103.414	95.594	92.995	88.376	89.484	86.783
Produção de Tora	225.654	178.122	163.422	154.428	145.825	133.925

Fonte: IDESP (2014)/Adaptado pelo autor.

Mas, o elemento mais importante é que a atividade madeireira forma um consórcio altamente rentável com a pecuária. A expansão produtiva da primeira, reflete diretamente no crescimento da outra. (MARGULIS, 2003). Por isso que, apesar de não estar em crescimento, é imprescindível relacionar a produção madeireira com a expansão da pecuária regional, pois ela se aproveita das áreas já deixadas pela atividade madeireira.

Ademais, a centralidade urbana da cidade de Marabá faz com que a dinâmica produtiva madeireira tenha também uma relação muito forte com ela. Pois, apesar da frente já estar longe da cidade, ela ainda busca máquinas, equipamentos, profissionais qualificados, produtos, além de também mercados para consumir as lenhas e toras, como na construção civil, setor muito dinâmico na cidade.

NOVAS DINÂMICAS E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA RI CARAJÁS E MARABÁ

Como se pode observar anteriormente, os produtos agro-minero-florestais vem, apesar de alguns percalços, aumentando sua produção ao longo dos últimos anos. Acoplado a esse crescimento estão algumas transformações socioespaciais, das quais se mostram evidentes na configuração espacial, tanto da fronteira como na cidade de Marabá.

A primeira modificação importante se deu na mudança brusca do regime de propriedade adotado na região. Se em um tempo atrás, onde o domínio das terras era uma preocupação secundária, haja visto que o que interessava de fato era a apropriação das áreas de extração de caucho e castanha. Nesse período, os principais mecanismos de controle das terras eram os aforamentos concedidos por políticos (EMMI, 1999).

Atualmente, essa relação com a propriedade da terra se modificou, pois para se realizar qualquer atividade produtiva em larga escala como as em questão, é necessário ter o título de propriedade. Financiamentos, empréstimos, alvarás, licenças ou qualquer outro elemento relacionado a produção está vinculado ao título definitivo da terra.

Frente ao novo modelo de regulação econômica neoliberal, aliado a alta lucratividade da produção, o Estado não é mais o principal agente de transformação na fronteira. Se anteriormente se via um estado atuante do ponto de vista da infraestrutura, hoje o que se nota é que a iniciativa privada tomou parte desse papel para si. Abre pequenas estradas e as asfalta, constrói postos de saúde ou reforma escolas e delegacias, busca promover festas sazonais, tudo para montar uma boa imagem do agronegócio (LOUREIRO, 2009).

A evidência produtiva que ganhou o sudeste encorpou ainda mais movimento de reconfiguração territorial/política que ali já existia. E sem dúvida nenhuma o discurso da autonomia econômica provocada pela arrecadação dos *royalsts* da mineração foi o lastro para isso. Para se ter uma ideia da ênfase no discurso economicista, o produto interno bruto paraense esteve no ano de 2010 cotado em 88.371 bilhões de reais. A RI de Carajás tem 31,22% desse total, o equivalente a 27.395 milhões de reais, mais até que a Região de Integração Metropolitana, onde está a capital estadual, que tem 28,29%.

Essa economia da fronteira provocou na cidade de Marabá uma intensa modificação no seu espaço intraurbano. É bom lembrar que uma característica exótica de Marabá está relacionada com a sazonal elevação do nível dos seus dois principais rios: Tocantins e Itacaiúnas, nos meses de novembro até fevereiro. Essa periódica elevação do nível dos rios faz com que diversas áreas da cidade sejam inundada pelas águas, inviabilizando algumas atividades. Essa interrupção é extremamente prejudicial a dinâmica de reprodução capitalista, por exemplo.

Para tal, a partir da década de 1970, com a incorporação de novas dinâmicas produtivas, a construção de um novo núcleo urbano para servir de base para as sedes dos novos projetos e instituições foi amadurecendo. Esse núcleo é hoje conhecido como Nova Marabá, e nela é onde foram construídas as sedes de algumas importantes empresas e

instituições, que não podiam sofrer interrupções nas suas atividades diárias, como a Vale e a Eletronorte, outras como o Banco do Brasil, INCRA e DNER não foram construídos nesse núcleo urbano mas estão acima da cota de 88 metros, onde não ocorre inundações (mapa 02).

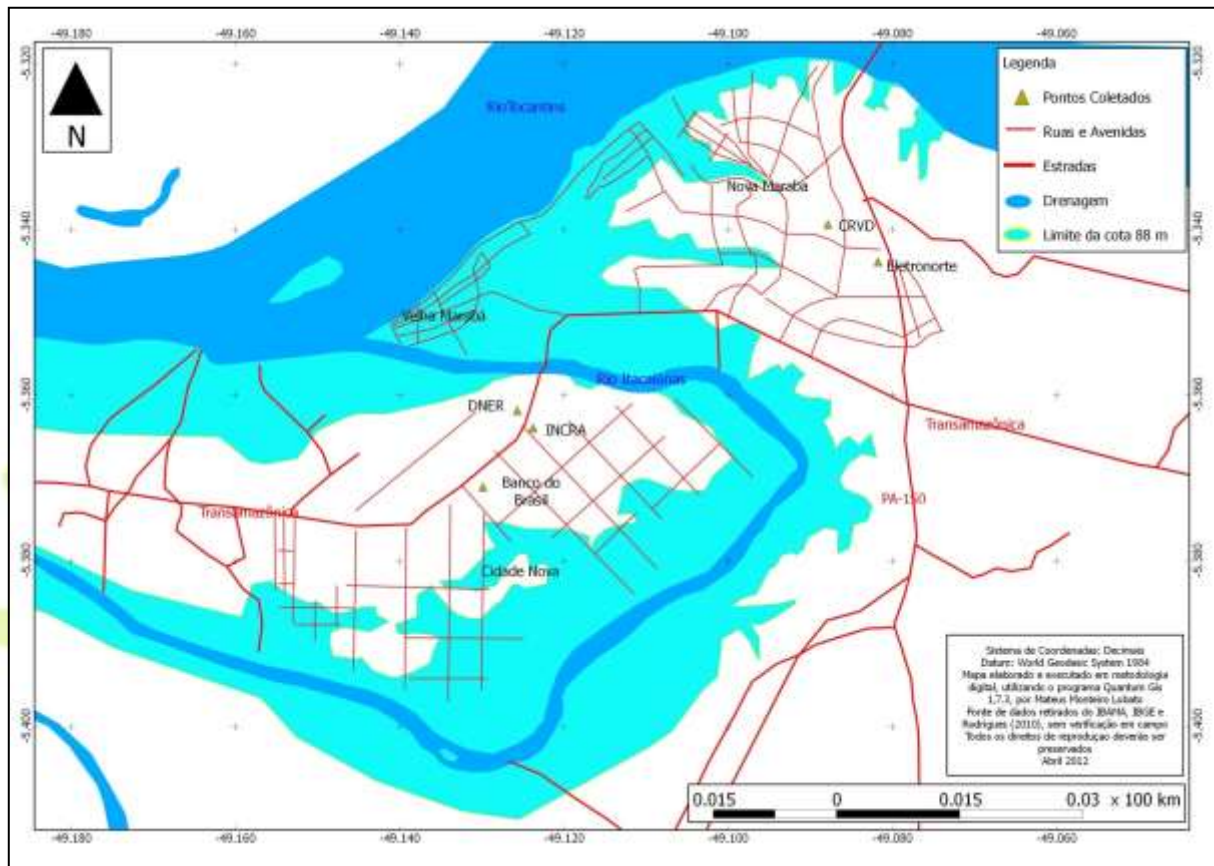


Figura 02: Mapa de Localização da RI Carajás.

Fonte: Monteiro Lobato (2012).

A área da Nova Marabá passou a sediar então várias empresas importantes, ligadas ao ramo produtivos da fronteira, instituições municipais, estaduais e federais, empresas de comércio e serviços além de instituições de ensino.

A expansão da malha urbana também é uma outra face do crescimento vigoroso da economia regional. Entre os períodos dos dois censos demográficos (2000/2010), o município saltou de 169.020, para 233.669 habitantes, um crescimento de 38% em dez anos.

Como a concentração fundiária nessa região é altíssima (GIRARDI, 2014), o destino desse migrante pode até ser o campo, mas ele se depara com a alta concentração de terras e acaba indo para a cidade, pois não encontra oportunidades na agricultura fortemente concentrada, justificando o crescimento urbano mais elevado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de toda a metade do século XX e início deste, a expansão do modo de produção capitalista no Brasil provocou diversas mudanças socioespaciais. Todavia, essas mudanças não se deram de forma aleatória, mas a partir de uma política de orientação do crescimento econômico vigente desde a década de 1950.

A primeira iniciativa foi voltada para criar as condições básicas de reprodução capitalista, ou seja, as bases infraestruturais e legais do espaço. De um lado a formação de um mercado de trabalho, feitas com estímulos a migração principalmente de nordestinos à Amazônia. De outro, a construção de uma rede de logística fundamental ao processo: estradas, ferrovias, linhas de transmissões, grandes projetos e núcleos urbanos, a formação de um sistema técnico voltado à acumulação capitalista (SANTOS, 1994). Pensados e executados a partir de um planejamento estatal vigoroso depois da década de 1950.

Legalmente, foram fomentadas a formação de grandes territórios e propriedades, baseadas no modelo legal de posse da terra, ou seja, através da titulação da propriedade. A concessão de incentivos fiscais via SUDAM, fez com que o modelo de apropriação do solo fosse baseado na formação de grandes latifúndios, para serem destinados mais tarde a expansão da agricultura e da pecuária. Evidentemente que essa medida não alterou muito na estrutura agrária da região que já era muito concentrada, mas foi essencial para evitar qualquer embaraço ilegal de crescimento e expansão da produção.

Do ponto de vista urbano, essa expansão produtiva capitalista na fronteira provocou alterações no espaço intraurbano de algumas cidades amazônicas. Marabá pode ser mostrada como um caso de reestruturação particular desse processo.

A cidade fora formada a partir de uma dinâmica natural particular de sazonalidade dos rios e demais cursos de água, conformando um núcleo urbano totalmente adaptado a tal periodicidade. O planejamento e implantação de um novo núcleo urbano além dessa dinâmica natural foi muito importante para garantir o funcionamento normal das atividades produtivas posteriores.

Ponto de convergência de vários fluxos migratórios, Marabá viu ao longo do tempo a expansão de sua malha urbana para além do núcleo populacional inicial: a Velha Marabá. O surgimento de condomínios fechados de alto padrão e de áreas de ocupação populares mostra como os fluxos migratórios para Marabá estão alterando substancialmente a malha urbana da cidade (MONTEIRO LOBATO, 2012).

Apesar de ser uma discussão antiga e já bastante superada na academia, nota-se que a confusão entre crescimento econômico e desenvolvimento ainda está na pauta política regional. Visível na elaboração de um projeto de emancipação política a partir de indicadores econômicos.

É notório que a RI Carajás tem um crescimento econômico bastante visível, baseado na sua relação com os circuitos globais de produção agroindustriais. Essa particularidade conforma uma Região Produtiva Agrícola (RPA), onde a relação rural-urbano é muito intensa (ELIAS, 2011). O caso da RI Carajás e Marabá é com certeza um exemplo dessa relação, muito embora a cidade de Marabá não possa ser classificada plenamente no esquema de RPA por causa da sua formação histórica.

Por certo, que o desenvolvimento é amplo demais para ser resumido apenas na dimensão econômica, pois pressupõe uma série de condições sociais, das quais a liberdade é uma delas. A liberdade seria um fim e um meio do desenvolvimento social (SEN, 2000).

Todavia, como falar em desenvolvimento na RI de Carajás, onde a concentração fundiária é uma das mais elevadas do país? Onde a liberdade aos agricultores que lá se encontram é uma utopia e que também predomina a violência e a expropriação. Falar de desenvolvimento como liberdade nas palavras de Sen (2000) nesse caso é incongruente com o modelo de desenvolvimento materializado em Carajás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3 ed. São Paulo: Ateliê, 2003, 159 p.

_____. **Amazônia: do discurso à práxis**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2004, 319 p.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000, 355 p.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais**. Volume 23, n 12, 2011

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos castanhais**. 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 25 de abril 2014.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Expansão econômica e reestruturação produtiva no Brasil. **Revista Mercator**, América do Norte, 1211, 09 2013.

Revista GeoAmazônia, Belém, n. 2, v. 01, p. 28 – 41, jan./jun. 2014.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). **Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da Região de Integração Carajás.** Belém, 2013, 42 p. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/indicadoresQualidadeAmbiental/IndicadoresRICarajas.pdf>>. Acessado em: 12 mai 2014.

_____. **Painel de informação e indicadores: economia.** Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/painelInformacao/economia.php>>. Acessado em: 12 mai 2014.

LAGENEST, H. D. Barruel de. **Marabá:** cidade do diamante e da castanha. São Paulo: Anhambi, 1958. 106 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI:** novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009. 279 p.

MANTEGA, Guido. O nacional-desenvolvimentismo. In: _____. **A economia política brasileira.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 23 – 59.

MARGULIS, Sérgio. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira.** Brasília, DF: Banco Mundial, 2003. 100 p. Disponível em: <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/79104.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2011.

MONTEIRO-LOBATO, Mateus. **Migração na fronteira:** pelos caminhos do migrante até Marabá-Pa. Belém, 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

RODRÍGUEZ, Octávio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Forense, 1981, pp. 15 – 35 e pp. 217 – 181.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994, 94 p.

SEN, Amartya. Introdução. In _____. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 17-26 p.

VELHO, Octávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração de uma área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 178 p.

Artigo Recebido em: 08 de junho de 2014.
Artigo Aprovado em: 27 de junho de 2014.